

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**TVR**

**N.º 54, DE 2020**

**(Do Poder Executivo)**

**MSC 105/2020**

**OF 109/2020**

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 538, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Dom Oscar Romero a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Santa Luzia , Estado do Maranhão.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, atos que renovam autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- ✓ 1 - Portaria nº 470, de 7 de agosto de 2014 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Santa Maria / RN (ACCCSM-RN), no município de Santa Maria - RN;
- ✓ 2 - Portaria nº 2.627, de 29 de junho de 2015 - Associação Comunitária de Comunicação Manairama, no município de Ouro Branco - RN;
- ✓ 3 - Portaria nº 3.605, de 19 de agosto de 2015 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Feira Nova, no município de Feira Nova - PE;
- ✓ 4 - Portaria nº 3.630, de 19 de agosto de 2015 - Associação Comunitária 29 de Dezembro, no município de Santa Cruz do Capibaribe - PE;
- ✓ 5 - Portaria nº 4.685, de 1 de dezembro de 2015 - Associação Comunitária e Cultural Ipanemense, no município de Ipanema - MG;
- ✓ 6 - Portaria nº 6.154, de 1 de dezembro de 2015 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Uraí, no município de Uraí - PR;
- ✓ 7 - Portaria nº 6.156, de 1 de dezembro de 2015 - Associação Comunitária Artística e Ecológica de Planalto, no município de Planalto - BA;
- ✓ 8 - Portaria nº 6.166, de 1 de dezembro de 2015 - Associação Comunitária Cultural de Tanque Novo, no município de Tanque Novo - BA;
- ✓ 9 - Portaria nº 174, de 1 de fevereiro de 2016 - Fundação Educativa e Cultural de Inhumas, no município de Inhumas - GO;
- ✓ 10 - Portaria nº 250, de 1 de fevereiro de 2016 - Associação Beneficente Cultural Comunitária de Carmo do Paranaíba, no município de Carmo do Paranaíba - MG;
- ✓ 11 - Portaria nº 538, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária Dom Oscar Romero, no município de Santa Luzia - MA;
- ✓ 12 - Portaria nº 768, de 9 de maio de 2016 - Associação Cultural de Engenheiro Caldas, no município de Engenheiro Caldas - MG;
- 13 - Portaria nº 857, de 9 de maio de 2016 - Associação Cultural, Comunitária e Radiodifusão de Tijucas - SC, Bairros Joaia, XV de Novembro, Centro, Areias e Praça, no município de Tijucas - SC;



✓ 14 - Portaria nº 873, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária dos Bairros do Município de Luz, no município de Luz - MG;

15 - Portaria nº 1.007, de 10 de maio de 2016 - Associação Comunitária Ana Roberto, no município de Missão Velha - CE;

16 - Portaria nº 1.012, de 9 de maio de 2016 - Associação Rádio Comunitária FM Cidade, no município de Formosa do Rio Preto - BA;

✓ 17 - Portaria nº 1.022, de 10 de maio de 2016 - Associação Comunitária de Jamacaru - ACJ, no município de Missão Velha - CE;

✓ 18 - Portaria nº 1.030, de 10 de maio de 2016 - Rádio Comunitária Nativa FM, no município de Tabuleiro do Norte - CE;

✓ 19 - Portaria nº 1.822, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária Esperança de Ruy Barbosa, no município de Ruy Barbosa - BA;

✓ 20 - Portaria nº 1.825, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária de Radiodifusão da Rede Jovem de Cultura e Educação Social, no município de Santa Luzia - MG;

✓ 21 - Portaria nº 1.938, de 10 de maio de 2016 - Associação Rádio Aliança FM de São Miguel Arcanjo, no município de São Miguel Arcanjo - SP;

✓ 22 - Portaria nº 1.107, de 7 de junho de 2017 - União Municipal das Associações Comunitárias de Curvelo, no município de Curvelo - MG;

✓ 23 - Portaria nº 1.092, de 7 de junho de 2017 - Associação de Integração e Difusão Comunitária das Moreninhas, no município de Campo Grande - MS;

✓ 24 - Portaria nº 1.833, de 7 de junho de 2017 - Associação Cultural Religiosa e Recreativa de Itanhomi, no município de Itanhomi - MG;

✓ 25 - Portaria nº 1.840, de 7 de junho de 2017 - Associação Mercesana de Integração e Cultura, no município de Mercês - MG;

✓ 26 - Portaria nº 1.877, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária Sócio-Cultural Hermes Fontes, no município de Boquim - SE;


27 - Portaria nº 1.888, de 7 de junho de 2017 - Associação Assistencial da Chapada, no município Utinga - BA;

✓ 28 - Portaria nº 1.925, de 7 de junho de 2017 - Associação da Comunidade de Janaíba de Radiodifusão, no município de Verdelândia - MG;

29 - Portaria nº 1.999, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária de Bodoquena - ACB - Denominada FM Comunitária de Bodoquena, no município de Bodoquena - MS;

- ✓ 30 - Portaria nº 2.613, de 7 de junho de 2017 - Associação de Radiodifusão Comunitária de Taiúva - ARCT, no município de Taiúva - SP;
- ✓ 31 - Portaria nº 3.053, de 7 de junho de 2017 - Associação Civil Filantrópica Asilo Vila do Sol, no município de Patos de Minas - MG;
- ✓ 32 - Portaria nº 3.054, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária Planalto Timbaúba, no município de Nova Russas - CE;
- ✓ 33 - Portaria nº 6.164, de 20 de dezembro de 2017 - Associação Comunitária dos Moradores de Juruaia, no município de Juruaia - MG;
- ✓ 34 - Portaria nº 1.029, de 14 de março de 2018 - Associação Movimento Comunitário Rádio Comunitária FM - AMCRC/FM, no município de Taquarussu - MS;
- ✓ 35 - Portaria nº 1.430, de 22 de março de 2018 - Associação de Desenvolvimento Social e Comunicação Popular da Paraipaba, no município de Paraipaba - CE;
- ✓ 36 - Portaria nº 2.169, de 2 de maio de 2018 - Associação Comunitária de Comunicação Social - ACCS, no município de Macaúbas - BA;
- ✓ 37 - Portaria nº 3.893, de 2 de agosto de 2018 - Associação Comunitária Educativa Rádio Tropical FM, no município de Angélica - MS;
- ✓ 38 - Portaria nº 6.842, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Comunitária dos Melos, no município de Lagoa Dourada - MG;
- ✓ 39 - Portaria nº 6.854, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Comunitária Padre Nestor, no município de Japoatã - SE; e
- ✓ 40 - Portaria nº 7.232, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Comunitária Itaguarense de Radiodifusão, no município de Itaguara - MG;

Brasília, 18 de março de 2020.





EM nº 00087/2019 MCTIC

Brasília, 4 de Setembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.041817/2011-65, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Dom Oscar Romero, inscrita no CNPJ nº 02.259.888/0001-07, explore pelo prazo de dez anos, a contar de 30 de Agosto de 2011, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Santa Luzia, estado do Maranhão, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 28035/2015/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC nº 538, de 09 de Maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 02 de junho de 2016.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes*

## PORTARIA Nº 538/2016/SEI-MC

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.041817/2011-65 e nº 53680.000604/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 30 de agosto de 2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOM OSCAR ROMERO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Santa Luzia / MA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANDRÉ FIGUEIREDO**

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 09/05/2016, às 09:34, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0954648** e o código CRC **9FE869A2**.



REM: Associação Comunitária Dom Oscar Romero  
END: Praça da Matriz, 55/nº, Centro  
CEP: 65.390-000  
Santa Luzia - MA.

(ETIQUETA OU CARIMBO MP-1)



# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Delegacia Regional de Minas Gerais

## NOTA TÉCNICA Nº 13324/2015/SEI-MC

Processo de Renovação nº: **53000.041817/2011-65**

Processo de Outorga nº: **53680.000604/1998**

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

### SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação Comunitária Dom Oscar Romero**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Santa Luzia / MA**.

### ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade de saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar o envio dos itens dispostos abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 1/2011:

I. Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel;

II. Ata de Eleição da diretoria em exercício, **compatível com o Estatuto Social vigente**, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

III. Havendo mudança de diretoria da última ata apresentada; prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com o subitem 8.1, alínea "e", da Norma nº 01/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2, comprovante de residência de todos os dirigentes, de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea "k" da Norma nº 1/2011, certidão dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares em que cada dirigente tenha residido nos últimos cinco anos, da Justiça Federal, Estadual e Eleitoral, de acordo com o disposto no 10.8, alínea "a" da Norma nº 1/2011 e CPF de todos os dirigentes.

### CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada e/ou **esclarecer** as pendências constatadas, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Lellis Fernandes Loureiro Gontijo, Analista Tec Administrativo**, em 19/06/2015, às 15:11, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Ricardo dos Santos, Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado de Minas Gerais**, em 30/06/2015, às 09:59, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0563170** e o código CRC **A07E0C85**.

---

### **Minutas e Anexos**

Não Possui.





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Delegacia Regional em Minas Gerais  
Av. Afonso Pena, 1.270, Correio Central - Térreo — Centro  
CEP 30130-900 — Belo Horizonte – MG  
Telefone: (31) 3222-9051

Ofício nº 19395/2015/SEI-MC

Belo Horizonte, 30 de junho de 2015

Ao Senhor

**ELMIRO PEREIRA**

Representante Legal da Associação Comunitária Dom Oscar Romero

Praça da Matriz, s/nº, Centro

65.390-000 / Santa Luzia – MA

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.041817/2011-65.**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da Nota Técnica nº **13324/2015/SEI-MC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Ricardo dos Santos, Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado de Minas Gerais**, em 30/06/2015, às 10:00, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0563360** e o código CRC **D0C94374**.



**JH049019798BR**

O horário apresentado no histórico do objeto não indica quando a situação ocorreu, mas sim quando os dados foram recebidos pelo sistema, exceto no caso do SEDEX 10 e do SEDEX Hoje, em que ele representa o horário real da entrega.



**Objeto entregue ao destinatário**  
08/07/2015 17:44 Santa Luzia / MA

08/07/2015 17:44 Santa Luzia / MA	<b>Objeto entregue ao destinatário</b>
08/07/2015 14:31 Santa Luzia / MA	<b>Objeto saiu para entrega ao destinatário</b>
01/07/2015 09:50 Belo Horizonte / MG	<b>Objeto postado</b>



(Área de cola no verso)	 <b>CORREIOS</b>		<b>AVISO DE RECEBIMENTO</b>	<b>AR</b>	DATA DE POSTAGEM
	<b>DESTINATÁRIO</b> ELMIRO PEREIRA - REP.LEGAL ASSOC.COMUNIT.DOM OSCAR ROMERO PRAÇA DA MATRIZ S/N CENTRO 65390-000 SANTA LUZIA-MA				UNIDADE DE POSTAGEM
	ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR DELEGACIA REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES EM MINAS GERAIS - DRMC/MG AVENIDA AFONSO PENA 1.270 TERREO - SALA 001 CENTRO 30130-900 BELO HORIZONTE-MG				CARIMBO UNIDADE RECEBEDORA 03 JUL 2015
	TENTATIVAS DE ENTREGA 1ª <u>  </u> <u>  </u> <u>  </u> : <u>  </u> : <u>  </u> h 2ª <u>  </u> <u>  </u> <u>  </u> : <u>  </u> : <u>  </u> h 3ª <u>  </u> <u>  </u> <u>  </u> : <u>  </u> : <u>  </u> h				DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) OF.19395/2015/SEI-MC.PROC.53900.041817/2011.
	MOTIVO DE DEVOLUÇÃO 1 Mudou-se                      5 Recusado 2 Endereço insuficiente    6 Não procurado 3 Não existe o número      7 Ausente 4 Desconhecido              8 Falecido 9 Outros: _____		RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO 		
ASSINATURA DO RECEBEDOR 				DATA ENTREGA 03/07/15	
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR				Nº DOC. DE IDENTIDADE	



MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES / SSCE – CGRC  
DELEGACIA REGIONAL DE MINAS GERAIS

Ref.: Of. nº 19.395/2015 – SEI/MC  
Pendências apontadas na Nota Técnica nº 13.324/2015/SEI-MC  
Processo Renovação nº 53000.041 817/2011-65

**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA D. OSCAR ROMERO**, entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 02.259.888/0001-07 com sede nesta cidade de **SANTA LUZIA/MA**, representada por seu Presidente infra-assinado, em **prazo tempestivo** se manifesta quanto a **Nota Técnica nº 13.324/2015/SEI-MC** comunicada pelo Of. nº 19.395/2015 – SEI/MC:

I -	<b>ANEXO I</b>	Certidão Negativa de Débitos da Anatel
II -	<b>ANEXO II</b>	Cópia autenticada das Atas de Assembleia Geral Extraordinária de Eleição e Posse: a) 10.03.2014; b) 05.04.2015.
<b>Atual Diretoria</b>		
<b>PRESIDENTE</b>	<b>CLAUDINEI FRANCISCO DE OLIVEIRA</b> Brasileiro, solteiro, professor, RG nº 050893682013-4 SSP/MA, CPF nº 035.726.679-09, Rua 09 de setembro 410, Centro - Santa Luzia/MA	
<b>VICE PRESIDENTE</b>	<b>FRANCISCO JOSÉ SILVA LIMA</b> Brasileiro, solteiro, autônomo, RG nº 037855422009-3 SSP/MA, CPF nº 055.665.763-20, residente Avenida Newton Bello, 704, centro - Santa Luzia/MA	
<b>SECRETARIA</b>	<b>ANTONIA PEREIRA SOUSA</b> Brasileira, solteira, professora, RG nº 03614675200-4 SSP/MA, CPF nº 557.291.773-72, residente Rua da Estrela, 420, centro - Santa Luzia/MA	
<b>TESOUREIRA</b>	<b>CARMEM FRANCISCA ALVES MIRANDA</b> Brasileira, solteira, secretária, RG nº 23378982002-0 SSP/MA, CPF nº 867.010.702-30, Rua Mendes Junior 206, Alto do Guarim - Santa Luzia/MA	
III -	<b>ANEXO III</b>	Cópia autenticada do RG dos Diretores
III -	<b>ANEXO IV</b>	Cópia autenticada do CPF dos Diretores

III -	<b>ANEXO V</b>	Declaração de Residência dos Diretores
III -	<b>ANEXO VI</b>	Certidão Negativa Criminal dos Diretores a) Justiça Federal; b) Justiça Estadual; c) Justiça Eleitoral.

N. Termos espera sequencia do tramite pela renovação.

E. Deferimento

Santa Luzia/MA, Julho de 2015.

  
**CLAUDINEI FRANCISCO DE OLIVEIRA**  
PRESIDENTE



## **DECLARAÇÃO**

Destinada Fazer Prova Residência

**CLAUDINEI FRANCISCO DE OLIVEIRA**, Presidente da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA D. OSCAR ROMERO, entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na cidade de SANTA LUZIA/MA, **DECLARA** para fins de comprovação de residência, sob as penas da Lei (art. 2º da Lei nº 7.115/83), que é residente e domiciliado na ***Rua 09 de setembro 410, Centro, nesta cidade.***

Por ser a expressão da verdade, assumindo inteira responsabilidade pelas declarações acima sob as penas da lei, assinamos para que produza seus efeitos legais.

Santa Luzia/MA, Julho de 2015.

  
**CLAUDINEI FRANCISCO DE OLIVEIRA**  
Presidente


## **DECLARAÇÃO**

Destinada Fazer Prova Residência

**FRANCISCO JOSÉ SILVA LIMA**, Vice Presidente da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA D. OSCAR ROMERO, entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na cidade de SANTA LUZIA/MA, **DECLARA** para fins de comprovação de residência, sob as penas da Lei (art. 2º da Lei nº 7.115/83), que é residente e domiciliado na ***Avenida Newton Bello, 704, centro, nesta cidade.***

Por ser a expressão da verdade, assumindo inteira responsabilidade pelas declarações acima sob as penas da lei, assinamos para que produza seus efeitos legais.

Santa Luzia/MA, Julho de 2015.

  
**FRANCISCO JOSÉ SILVA LIMA**  
**VICE-PRESIDENTE**

## **DECLARAÇÃO**

Destinada Fazer Prova Residência

**ANTONIA PEREIRA SOUSA**, Secretária da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA D. OSCAR ROMERO, entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na cidade de SANTA LUZIA/MA, **DECLARA** para fins de comprovação de residência, sob as penas da Lei (art. 2º da Lei nº 7.115/83), que é residente e domiciliada na **Rua da Estrela, 420, centro, nesta cidade.**

Por ser a expressão da verdade, assumindo inteira responsabilidade pelas declarações acima sob as penas da lei, assinamos para que produza seus efeitos legais.

Santa Luzia/MA, Julho de 2015.

*Antonia Pereira Sousa*  
**ANTONIA PEREIRA SOUSA**  
**SECRETARIA**



## **DECLARAÇÃO**

- Destinada Fazer Prova Residência

**CARMEM FRANCISCA ALVES MIRANDA**, Tesoureira da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA D. OSCAR ROMERO, entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na cidade de SANTA LUZIA/MA, **DECLARA** para fins de comprovação de residência, sob as penas da Lei (art. 2º da Lei nº 7.115/83), que é residente e domiciliada na **Rua Mendes Junior 206, Alto do Guarim, nesta cidade.**

Por ser a expressão da verdade, assumindo inteira responsabilidade pelas declarações acima sob as penas da lei, assinamos para que produza seus efeitos legais.

Santa Luzia/MA, Julho de 2015.

*Carmem Francisca Alves Miranda*  
**CARMEM FRANCISCA ALVES MIRANDA**  
**TESOUREIRA**



**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS  
ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** ASSOCIACAO COMUNITARIA DOM OSCAR ROMERO  
**CNPJ:** 02.259.888/0001-07

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:36:35 do dia 28/07/2015 (hora e data de Brasília).

Válida até 27/08/2015.

Certidão expedida gratuitamente.





Nº 47209

PODER JUDICIÁRIO  
Seção Judiciária do Estado do Maranhão

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS  
CIVIS E CRIMINAIS**

**CERTIFICAMOS**, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis, Criminais e JEF mantidos na **Seção Judiciária do Estado do Maranhão**, que

**NADA CONSTA**

contra **CLAUDINEI FRANCISCO DE OLIVEIRA** nem contra o CPF: **035.726.679-09**.

**Observações:**

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos que estejam em tramitação, inclusive nos Juizados Especiais Federais. Poderão, contudo, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a pesquisa de ações e execuções cíveis abrange também as execuções fiscais;
- c) também estão excluídos da pesquisa os processos que tramitam no sistema PJe, nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo) e ações monitórias (em 1º grau de jurisdição) e nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo, ambos cíveis), agravos de instrumento originários de processos que tramitam no PJe, suspensão de segurança (em 2º grau de jurisdição) além das apelações em processos que também tramitam no PJe no 1º grau. (Resolução PRESI 22, de 27/11/2014);
- d) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado do Maranhão ([www.jfma.jus.br](http://www.jfma.jus.br)), informando-se o número de controle acima descrito.

Emitida gratuitamente pela internet em: 13/07/2015, 11h07.

Data da última atualização do banco de dados: 13/07/2015, 11h07.

Endereço: Av Senador Vitorino Freire, s/n - Areinha  
CEP: 65010-650, São Luís/MA.  
Fone: ( 98) 3214-5756. e-Mail: nucju@ma.trf1.gov.br



**CERTIDÃO ÚNICA DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS**

USANDO da faculdade que me confere a Lei, **CERTIFICO**, a requerimento de pessoa interessada, que, dando busca no Sistema THEMIS PG 3.13.1, referentes às **Varas Criminais**, a partir do dia 1º (primeiro) do mês de janeiro do ano de dois mil e cinco (2005) até o dia 13 de julho do ano corrente, constatei **NÃO EXISTIR** distribuição de **AÇÕES CRIMINAIS** contra **CLAUDINEI FRANCISCO DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, religioso, natural de Campo Mourão/PR, nascido aos 19.05.1981, filho de Luiz Francisco de Oliveira e Vilma da Silva Oliveira, portador do **CPF nº 035.726.679-09, RG nº 050893682013-4 SESP/MA**, residente e domiciliado na PC Matriz, 393, centro, Santa Luzia - MA. **CERTIFICO**, finalmente, que esta Secretaria de Distribuição é a única existente no Termo Judiciário de Santa Luzia/MA. O referido é verdade e dou fé. Dada e passada a presente certidão na Secretaria de Distribuição a meu cargo, no Fórum "Desembargador Orville de Almeida e Silva", nesta cidade de Santa Luzia/MA. Eu, Josane Josane Sousa de Sousa, Distribuidora Judicial, mat. 105624, consultei e digitei. E eu, Maria Raimunda de Sousa Guimarães, Secretária Judicial respondendo, subscrevo e assino. Santa Luzia/MA, 13 de julho de 2015.

  
Maria Raimunda de Sousa Guimarães  
Secretária Judicial da 2ª vara  
Respondendo pela Distribuição

000-068.390-000

CEP: 65.390-000



SECRETARIA JUDICIAL 2ª VARA  
Rua Mendes Junior, nº 332 - Centro  
Santa Luzia - Maranhão  
CEP: 65.390-000

OBSERVAÇÃO: O CNPJ/CPF constante nesta certidão foi informado pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado ou destinatário.

ESTA CERTIDÃO ABRANGE SOMENTE AS VARAS COMUNS DO TERMO JUDICIÁRIO DE SANTA LUZIA-MA



**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITO** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **CLAUDINEI FRANCISCO DE OLIVEIRA**

Inscrição: **074770050655** Zona: 70 Seção: 23

Município: 8974 - SANTA LUZIA UF: MA

Data de Nascimento: 19/05/1981 Domiciliado desde: 09/12/2013

Filiação: VILMA DA SILVA OLIVEIRA  
LUIZ FRANCISCO DE OLIVEIRA

Certidão emitida às 11:24 de 13/07/2015

Res.-TSE nº 21.823/2004:

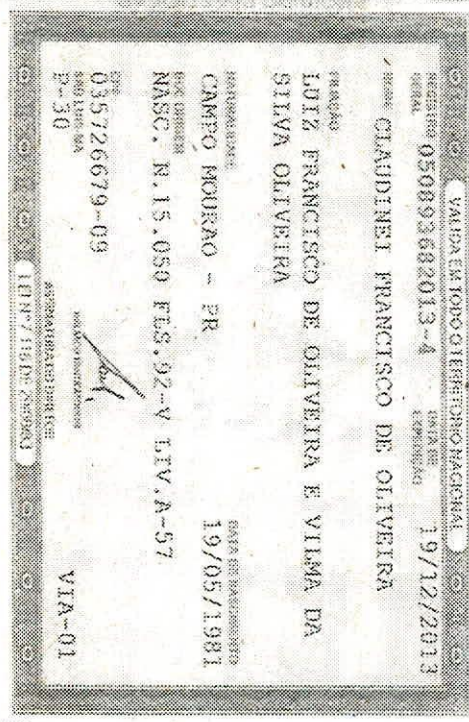
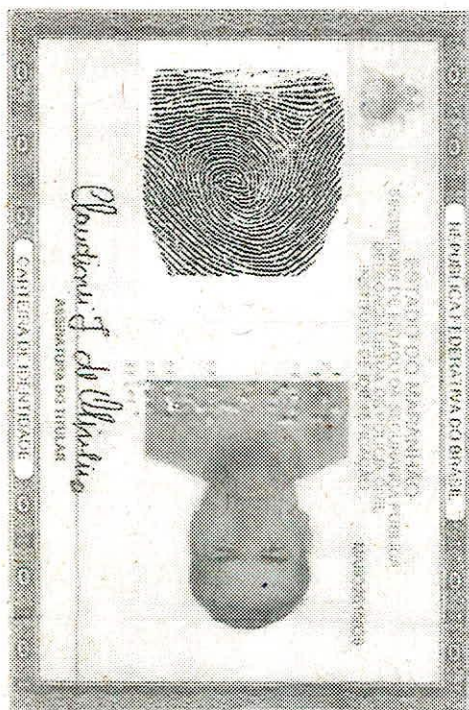
"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

**+JU1.TLAE.Ø7+F.3L9S**

\* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).

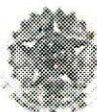


1º Ofício Extraordinário de Santa Luzia  
 Sta. Luzia-MA 17/10/15  
**AUTENTICAÇÃO**  
 CONFERE COM O ORIGINAL  
 Esc. com Text. da Verdade  
 Fátima Vanaina Farias de Freitas  
 (CNH): 06187920460  
 (CPF) 025.049.004-81  
 Escrevente Autorizada





MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal  
Cadastro de Pessoas Físicas

## COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número  
035.726.679-09Nome  
CLAUDINEI FRANCISCO DE OLIVEIRANascimento  
19/05/1981

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE  
9E14.3DE6.8130.C548A autenticidade deste comprovante deverá  
ser confirmada na Internet, no endereço[www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)Comprovante emitido pela  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
às 11:13:50 do dia 13/07/2015 (hora e data de Brasília)  
dígito verificador: 00União Extrajudicial de Santa Luzia  
Sta. Luzia-MA, 14/07/15AUTENTICAÇÃO  
CONFERE COM O ORIGINAL  
em Test. da VerdadePatiana Jussiana Farias de Freitas  
(CNH): 06187920480  
(CPF) 026.049.004-21  
Escrevente Autorizada



Nº 47213

PODER JUDICIÁRIO  
Seção Judiciária do Estado do Maranhão

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS  
CÍVEIS E CRIMINAIS**

**CERTIFICAMOS**, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis, Criminais e JEF mantidos na **Seção Judiciária do Estado do Maranhão**, que

**N A D A   C O N S T A**

contra **FRANCISCO JOSE SILVA LIMA** nem contra o **CPF: 055.665.763-20**.

**Observações:**

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos que estejam em tramitação, inclusive nos Juizados Especiais Federais. Poderão, contudo, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a pesquisa de ações e execuções cíveis abrange também as execuções fiscais;
- c) também estão excluídos da pesquisa os processos que tramitam no sistema PJe, nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo) e ações monitórias (em 1º grau de jurisdição) e nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo, ambos cíveis), agravos de instrumento originários de processos que tramitam no PJe, suspensão de segurança (em 2º grau de jurisdição) além das apelações em processos que também tramitaram no PJe no 1º grau. (Resolução PRESI 22, de 27/11/2014);
- d) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado do Maranhão ([www.jfma.jus.br](http://www.jfma.jus.br)), informando-se o número de controle acima descrito.

Emitida gratuitamente pela internet em: 13/07/2015, 11h09.

Data da última atualização do banco de dados: 13/07/2015, 11h09.

Endereço: Av Senador Vitorino Freire, s/n - Areinha  
CEP: 65010-650, São Luís/MA.  
Fone: ( 98) 3214-5756. e-Mail: [nucju@ma.trf1.gov.br](mailto:nucju@ma.trf1.gov.br)





**CERTIDÃO ÚNICA DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS**

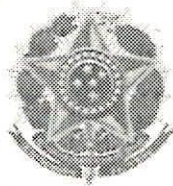
USANDO da faculdade que me confere a Lei, **CERTIFICO**, a requerimento de pessoa interessada, que, dando busca no Sistema THEMIS PG 3.13.1, referentes às **Varas Criminais**, a partir do dia 1º (primeiro) do mês de janeiro do ano de dois mil e cinco (2005) até o dia 13 de julho do ano corrente, constatei **NÃO EXISTIR** distribuição de **AÇÕES CRIMINAIS** contra **FRANCISCO JOSE SILVA LIMA**, brasileiro, solteiro, vendedor, natural de Dom Pedro/MA, nascido aos 03.02.1957, com filiação de Osmar de Melo Lima e Marly Silva Lima, portador do **CPF nº 055665763-20, RG nº 037855422009-3 SSP/MA**, residente e domiciliado na Avenida Newton Bello, 704, centro, Santa Luzia - MA. **CERTIFICO**, finalmente, que esta Secretaria de Distribuição é a única existente no Termo Judiciário de Santa Luzia/MA. O referido é verdade e dou fé. Dada e passada a presente certidão na Secretaria de Distribuição a meu cargo, no Fórum "Desembargador Orville de Almeida e Silva", nesta cidade de Santa Luzia/MA. Eu, Maria Oneide Silva Lima, Distribuidora Judicial, mat. 3629, consultei e digitei. E eu, Maria Raimunda de Sousa Guimarães, Secretária Judicial respondendo, subscrevo e assino. Santa Luzia/MA, 13 de julho de 2015.

SECRETARIA JUDICIAL 2ª VARA  
Rua Mendes Junior, nº 332 - Centro  
Santa Luzia - Maranhão

Maria Raimunda de Sousa Guimarães  
Secretária Judicial da 2ª Vara  
Respondendo pela distribuição



OBSERVAÇÃO: O CNPJ/CPF constante nesta certidão foi informado pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado ou destinatário.  
ESTA CERTIDÃO ABRANGE SOMENTE AS VARAS COMUNS DO TERMO JUDICIÁRIO DE SANTA LUZIA-MA

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **FRANCISCO JOSE SILVA LIMA**

Inscrição: **016454491198** Zona: 70 Seção: 3

Município: 8974 - SANTA LUZIA UF: MA

Data de Nascimento: 03/02/1957 Domiciliado desde: 18/09/1986

Filiação: **MARLY SILVA LIMA**

**OSMAR DE MELO LIMA**

Certidão emitida às 14:52 de 13/07/2015

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

**K/VZ.9L76.QCNG.XRØL**

\* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).





MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Receita Federal

**CPF**

CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Número de Inscrição

**055.665.763-20**

Nome

**FRANCISCO JOSE SILVA LIMA**

Nascimento


**03/02/1957**



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO MARANHÃO

MAU914735454



*Francisco José Silva Lima*

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO  
SERIAL 037855422009-3 DATA DE EMISSÃO 03/09/2009

NOME FRANCISCO JOSE SILVA LIMA

FILIAIS OSMAR DE MELO LIMA E MARLY SILVA LIMA

LOCALIDADE DE NASCIMENTO DOM PEDRO - MA DATA DE NASCIMENTO 03/02/1957

ESP. CIVIL NASC. N. 9684 FLS. 117-V LIV. 21-A

CPF 055665763-20

SER. TÍTULOS P-2

ASSINATURA DO DIRETOR VIA-01

LEI N° 7.115 DE 29/08/83

*Marcia Silva Zolner*

Selo de Fiscalização  
Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça  
do Estado do Maranhão

Autenticação  
000035257301

Ofício Extrajudicial de Santa Luzia  
Sta Luzia-MA, 13/10/15

AUTENTICAÇÃO  
CONFERE COM O ORIGINAL  
em 13/10/15 com test. da Verdade

*Valdete Silva Rocha*  
CPF: 837.278.893-49  
1º Ofício Extrajudicial  
TANAISS Substituta





Nº 47214

PODER JUDICIÁRIO  
Seção Judiciária do Estado do Maranhão

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS  
CIVIS E CRIMINAIS**

**CERTIFICAMOS**, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis, Criminais e JEF mantidos na **Seção Judiciária do Estado do Maranhão**, que

**N A D A   C O N S T A**

contra **ANTONIA PEREIRA SOUSA** nem contra o **CPF: 557.291.773-72**.

**Observações:**

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos que estejam em tramitação, inclusive nos Juizados Especiais Federais. Poderão, contudo, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a pesquisa de ações e execuções cíveis abrange também as execuções fiscais;
- c) também estão excluídos da pesquisa os processos que tramitam no sistema PJe, nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo) e ações monitórias (em 1º grau de jurisdição) e nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo, ambos cíveis), agravos de instrumento originários de processos que tramitam no PJe, suspensão de segurança (em 2º grau de jurisdição) além das apelações em processos que também tramitaram no PJe no 1º grau. (Resolução PRESI 22, de 27/11/2014);
- d) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado do Maranhão ([www.jfma.jus.br](http://www.jfma.jus.br)), informando-se o número de controle acima descrito.

Emitida gratuitamente pela internet em: 13/07/2015, 11h10.

Data da última atualização do banco de dados: 13/07/2015, 11h10.

Endereço: Av Senador Vitorino Freire, s/n - Areinha  
CEP: 65010-650, São Luís/MA.  
Fone: ( 98) 3214-5756. e-Mail: nucju@ma.trf1.gov.br



**CERTIDÃO ÚNICA DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS**

**USANDO** da faculdade que me confere a Lei, **CERTIFICO**, a requerimento de pessoa interessada, que, dando busca no Sistema THEMIS PG 3.13.1, referentes às **Varas Criminais**, a partir do dia 1º (primeiro) do mês de janeiro do ano de dois mil e cinco (2005) até o dia 13 de julho do ano corrente, constatei **NÃO EXISTIR** distribuição de **AÇÕES CRIMINAIS** contra **ANTÔNIA PEREIRA SOUSA**, brasileira, casada, professora, natural Olho D'água das Cunhas/MA, nascida aos 17.03.1972, com filiação de Francisco Carrilho de Sousa e Maria de Lourdes Pereira, portadora do **CPF nº 557.291.773-72, RG nº 036146752008-4 SESP/MA/MA**, residente e domiciliado na Rua da Estrela, s/n, centro. Santa Luzia/MA. **CERTIFICO**, finalmente, que esta Secretaria de Distribuição é a única existente no Termo Judiciário de Santa Luzia/MA. O referido é verdade e dou fé. Dada e passada a presente certidão na Secretaria de Distribuição a meu cargo, no Fórum "Desembargador Orville de Almeida e Silva", nesta cidade de Santa Luzia/MA. Eu, *Maria Oneide Silva Lima* Maria Oneide Silva Lima, Distribuidora Judicial, mat. 3629, consultei e digitei. E eu, **Maria Raimunda de Sousa Guimarães**, Secretária Judicial respondendo, subscrevo e assino. Santa Luzia/MA, 13 de julho de 2015.

SECRETARIA JUDICIAL 2ª VARA  
Rua Mendes Junior, nº 332 - Centro

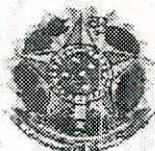


*Maria Raimunda de Sousa Guimarães*  
**Maria Raimunda de Sousa Guimarães**  
Secretária Judicial da 2ª Vara  
Respondendo pela distribuição

OBSERVAÇÃO: O CNPJ/CPI constante nesta certidão foi informado pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado ou destinatário.

ESTA CERTIDÃO ABRANGE SOMENTE AS VARAS COMUNS DO TERMO JUDICIÁRIO DE SANTA LUZIA-MA.





JUSTIÇA ELEITORAL  
70ª ZONA ELEITORAL DE SANTA LUZIA - MA  
RUA TRAVASSOS FURTADO, 135 - CENTRO Telefone 098 36545177

## Certidão




Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitora: ANTONIA PEREIRA SOUSA  
Inscrição: 022136921147      Zona: 70    Seção: 185  
Município: 8974 - SANTA LUZIA    UF: MA  
Data de nascimento: 17/03/1972    Domiciliada desde: 27/06/1990  
Filiação: MARIA DE LOURDES PEREIRA SOUSA  
FRANCISCO CARRILHO DE SOUSA



Em 22 de julho de 2015.

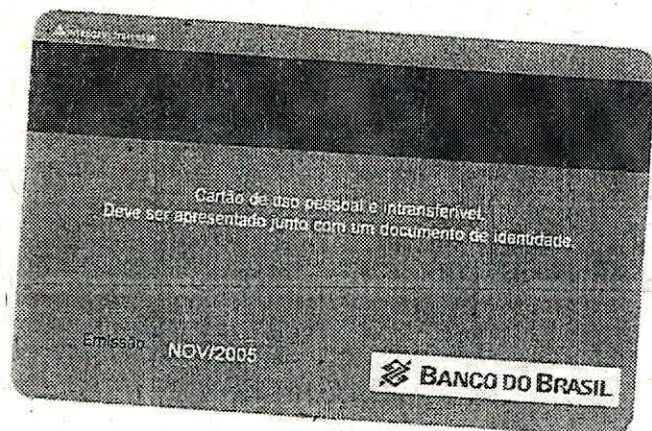
  
MARCOS SILVA BARBOSA  
AUXILIAR DA JUSTIÇA ELEITORAL

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.





1º Ofício Extrajudicial de Santa Luzia-MA, 13/04/15  
**AUTENTICAÇÃO**  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Eu, Valdete Silva Rocha, Sem Teste de Verificar  
Valdete Silva Rocha  
CPF: 637.278.893-49  
1º Ofício Extrajudicial  
Tabela Substituta



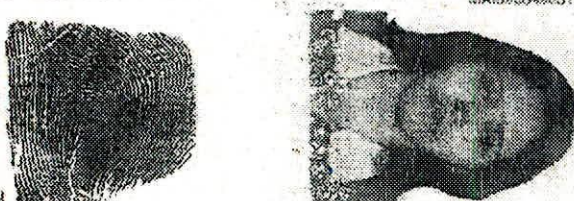
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO MARANHÃO

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

DIREÇÃO DA POLÍCIA DE IDENTIFICAÇÃO

MAIOREDADE



Antonia Pereira Sousa

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

036146752008-4

14/10/2008

ANTONIA PEREIRA SOUSA

FRANCISCO CARRILHO DE SOUSA E MARIA DE LOURDES PEREIRA

NATURALIDADE

O. D'AGUA DAS CUNHAS - MA

DATA DE NASCIMENTO

17/03/1972

NASC. N. 9644 FLS. 24 LIV. 39

557291773-72

P-24

ASSINATURA DO DIRETOR

VIA-01

LEI Nº 7.115 DE 29/08/83



1º Ofício Extrajudicial de Santa Luzia, MA

13/08/15

**AUTENTICAÇÃO**

CONFERE COM O ORIGINAL

Eu, Valdere Silva Zolner, em Test. da Verdade

Valdere Silva Zolner

CPF: 637.278.893-49

1º Ofício Extrajudicial

Idelmita



Nº 47206

PODER JUDICIÁRIO  
Seção Judiciária do Estado do Maranhão

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS  
CÍVEIS E CRIMINAIS**

**CERTIFICAMOS**, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis, Criminais e JEF mantidos na **Seção Judiciária do Estado do Maranhão**, que

**NADA CONSTA**

contra **CARMEM FRANCISCA ALVES MIRANDA** nem contra o **CPF: 867.010.702-30**.

**Observações:**

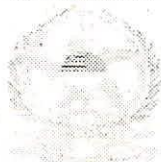
- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos que estejam em tramitação, inclusive nos Juizados Especiais Federais. Poderão, contudo, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a pesquisa de ações e execuções cíveis abrange também as execuções fiscais;
- c) também estão excluídos da pesquisa os processos que tramitam no sistema PJe, nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo) e ações monitórias (em 1º grau de jurisdição) e nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo, ambos cíveis), agravos de instrumento originários de processos que tramitam no PJe), suspensão de segurança (em 2º grau de jurisdição) além das apelações em processos que também tramitam no PJe no 1º grau. (Resolução PRESI 22, de 27/11/2014);
- d) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado do Maranhão (**[www.jfma.jus.br](http://www.jfma.jus.br)**), informando-se o número de controle acima descrito.

Emitida gratuitamente pela internet em: 13/07/2015, 11h04.

Data da última atualização do banco de dados: 13/07/2015, 11h04.

Endereço: Av. Senador Vitorino Freire, s/n - Areinha  
CEP: 65010-650, São Luís/MA.  
Fone: ( 98) 3214-5756. e-Mail: nucju@ma.trf1.gov.br





**CERTIDÃO ÚNICA DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS**

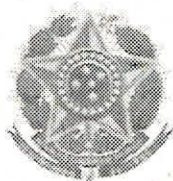
**USANDO** da faculdade que me confere a Lei, **CERTIFICO**, a requerimento de pessoa interessada, que, dando busca no Sistema THEMIS PG 3.13.1, referentes às **Varas Criminais**, a partir do dia 1º (primeiro) do mês de janeiro do ano de dois mil e cinco (2005) até o dia 13 de julho do ano corrente, constatei **NÃO EXISTIR** distribuição de **AÇÕES CRIMINAIS** contra **CARMEM FRANCISCA ALVES MIRANDA**, brasileira, solteira, secretaria, natural Santa Luzia - MA, nascida aos 27.09.1986, com filiação de Antonio Lopes Miranda e Rozimar Alves Miranda, portador do **CPF nº 867010702-30, RG nº 023378982002-0 SESP/MA/MA**, residente e domiciliado na Rua Mendes Junior, 206, centro. Santa Luzia/MA. **CERTIFICO**, finalmente, que esta Secretaria de Distribuição é a única existente no Termo Judiciário de Santa Luzia/MA. O referido é verdade e dou fé. Dada e passada a presente certidão na Secretaria de Distribuição a meu cargo, no Fórum "Desembargador Orville de Almeida e Silva", nesta cidade de Santa Luzia/MA. Eu, *Maria Oneide Silva Lima*, Distribuidora Judicial, mat. 3629, consultei e digitei. E eu, **Maria Raimunda de Sousa Guimarães**, Secretária Judicial respondendo, subscrevo e assino. Santa Luzia/MA, 13 de julho de 2015.

SECRETARIA JUDICIAL - 2ª VARA  
Rua Mendes Junior, nº 332 - Centro  
Santa Luzia - Maranhão

*Maria Raimunda de Sousa Guimarães*  
Secretária Judicial da 2ª Vara  
Respondendo pela distribuição



OBSERVAÇÃO: O CNPJ/CPF constante nesta certidão foi informado pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado ou destinatário.  
ESTA CERTIDÃO ABRANGE SOMENTE AS VARAS COMUNS DO TERMO JUDICIÁRIO DE SANTA LUZIA-MA

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitora: **CARMEM FRANCISCA ALVES MIRANDA**

Inscrição: **044314191112** Zona: 70 Seção: 9

Município: 8974 - SANTA LUZIA UF: MA

Data de Nascimento: 27/09/1986 Domiciliada desde: 15/01/2003

Filiação: ROZIMAR ALVES MIRANDA

ANTONIO LOPES MIRANDA

Certidão emitida às 14:54 de 13/07/2015

Res.-TSE nº 21.823/2004:

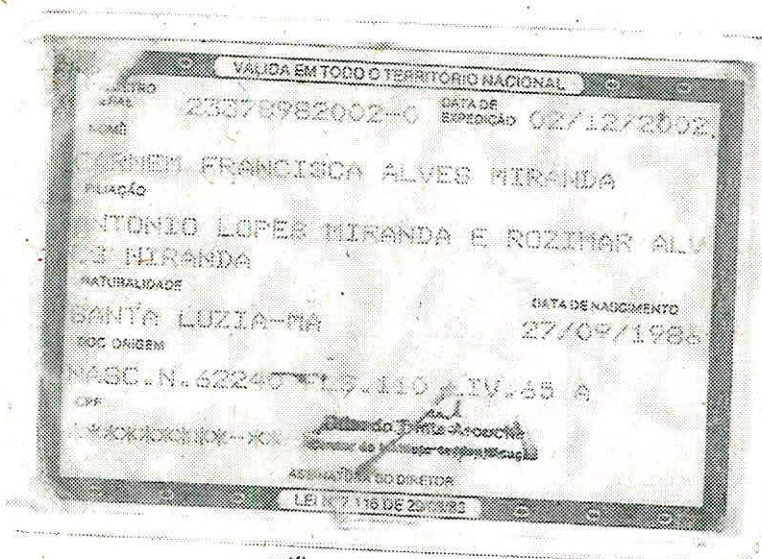
"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

**VDYK.LHZN.JZ3G.TGZO**





Cartório Extrajudicial de Santa Luzia  
Sta. Luzia-MA. 14/09/15

**AUTENTICAÇÃO**  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em Test. da Verdade

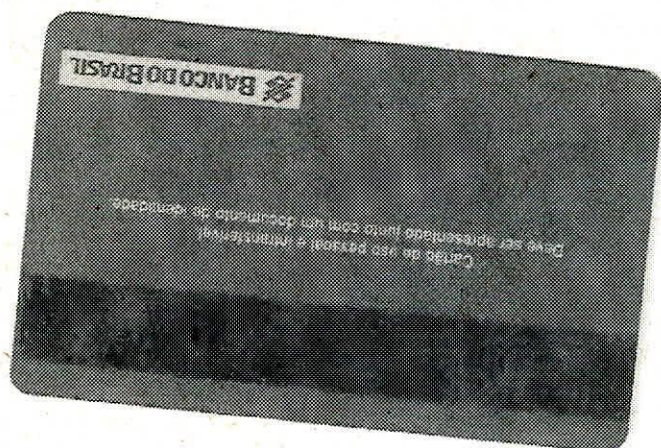
Fátima Janaina Farias de Freitas  
(CNH): 06187920480  
(CPF) 025.049.004-81  
Escrevente Autorizada







União Extrajudicial de Santa Luzia  
Sta. Luzia-MA, 14/04/15  
**AUTENTICAÇÃO**  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em Test. da Verdade  
Fatima Janaina Farias de Freitas  
(CNH) 06187920480  
(CPF) 025.049.004-81  
Escrevente Autorizada





DELEGACIA REGIONAL DA COMUNICAÇÕES EM MINAS GERAIS  
AVENIDA AFONSO PENA, 1270 - CORREIO CENTRAL - TÉRREO - CENTRO  
CEP 30130-900 - BELO HORIZONTE - MG





CLAUDINEI FRANCISCO DE OLIVEIRA – REP. LEGAL  
ASSOC. COMUNITA. DOM OSCAR ROMERO  
PRAÇA DA MATRIZ, S/N – CENTRO  
CEP 65390-000 – SANTA LUZIA – MA



**NOTA TÉCNICA Nº 17176/2015/SEI-MC**

Processo de Renovação nº: **53000.041817/2011-65**

Processo de Outorga nº: **53680.000604/1998**

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação Comunitária Dom Oscar Romero**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Santa Luzia/MA**.

**ANÁLISE**

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade de saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar o envio dos itens dispostos abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 1/2011:

I. Cópia da Ata de Eleição da diretoria em exercício, **com cargos compatíveis ao Estatuto Social da entidade vigente (Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro)**, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas; visto que os documentos dos dirigentes foram enviados na última resposta de exigência sem a ata de eleição comprobatória.

**CONCLUSÃO**

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada e/ou **esclarecer** as pendências constatadas, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Lellis Fernandes Loureiro Gontijo, Analista Tec Administrativo**, em 05/08/2015, às 12:02, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Ricardo dos Santos, Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado de Minas Gerais**, em 05/08/2015, às 12:38, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0644146** e o código CRC **FC26AD13**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Delegacia Regional em Minas Gerais  
Av. Afonso Pena, 1.270, Correio Central - Térreo — Centro  
CEP 30130-900 — Belo Horizonte – MG  
Telefone: (31) 3222-9051

Ofício nº 25062/2015/SEI-MC

Belo Horizonte, 05 de agosto de 2015

Ao Senhor

CLAUDINEI FRANCISCO DE OLIVEIRA

Representante Legal da Associação Comunitária Dom Oscar Romero

Praça da Matriz, s/nº, Centro

65.390-000 / Santa Luzia – MA

**Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.041817/2011-65.**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da Nota Técnica nº **17176/2015/SEI-MC**, desta Delegacia, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Ricardo dos Santos, Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado de Minas Gerais**, em 05/08/2015, às 12:39, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0644163** e o código CRC **18EF60DA**.



(Área de cola no verso)	 <b>CORREIOS</b>		<b>AVISO DE RECEBIMENTO</b>		<b>AR</b>		DATA DE POSTAGEM		
	<b>DESTINATÁRIO</b> CLAUDINEI FRANCISCO DE OLIVEIRA-REP. LEGAL ASSOC. COMUNITÁRIA DOM OSCAR ROMERO PRAÇA DA MATRIZ S/N CENTRO 65390-000 SANTA LUZIA-MA						UNIDADE DE POSTAGEM		
	ENDEREÇO PA... DELEGACIA REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES EM MINAS GERAIS - DRMC/MG AVENIDA AFONSO PENA 1.270 TERREO - SALA 001 CENTRO 30130-900 BELO HORIZONTE-MG						CARIMBO UNIDADE RECEPTORA		
	JH 04900170 4 BR 0 AGO 2015						12 AGO 2015		
	TENTATIVAS DE ENTREGA						DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) OF. 25082/2015/SEI-MC.PROC.53000.041817/11.		
1ª <u>  /  /  </u> : <u>  </u> h 2ª <u>  /  /  </u> : <u>  </u> h 3ª <u>  /  /  </u> : <u>  </u> h						MOTIVO DE DEVOLUÇÃO 1. Endereço 5. Recusado 2. Endereço insuficiente 6. Não procurado 3. Não existe o número 7. Ausente 4. Desconhecido 8. Falecido 9. Outros		RÚBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO 83792333 	
ASSINATURA DO RECEBEDOR 						DATA ENTREGA 12/08/2015			
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR CARMEM FRANCISCA ALVES MIRANDA						Nº DOC. DE IDENTIDADE 93378189009-9			

MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES / SSCE – CGRC  
DELEGACIA REGIONAL DE MINAS GERAIS

**Ref.:** Of. nº 25.062/2015 – SEI/MC  
Pendências apontadas na Nota Técnica nº 17.176/2015/SEI-MC  
Processo Renovação nº 53000.041 817/2011-65

**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA D. OSCAR ROMERO**, entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 02.259.888/0001-07 com sede nesta cidade de **SANTA LUZIA/MA**, representada por seu Presidente infra-assinado, em prazo tempestivo se manifesta quanto a **Nota Técnica nº 17.176/2015/SEI-MC** comunicada pelo Of. nº 25.062/2015 – SEI/MC:

I -	<b>ANEXO I</b>	<b>Certidão Negativa de Débitos da Anatel</b>
II -	<b>ANEXO II</b>	Cópia autenticada das Atas de Assembleia Geral Extraordinária de Eleição e Posse referente a composição da atual diretoria ( <b>PRESIDENTE + VICE-PRESIDENTE + SECRETARIA + TESOUREIRA</b> ): a) 10.03.2014; b) 15.04.2015.

N. Termos espera sequencia do tramite pela renovação.

E. Deferimento

Santa Luzia/MA, Agosto de 2015.

  
**CLAUDINEI FRANCISCO DE OLIVEIRA**  
PRESIDENTE





## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** ASSOCIACAO COMUNITARIA DOM OSCAR ROMERO  
**CNPJ:** 02.259.888/0001-07

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:18:03 do dia 14/08/2015 (hora e data de Brasília).

Válida até 13/09/2015.

Certidão expedida gratuitamente.



# ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA

## D. OSCAR ROMERO

CNPJ nº 02.259.888/0001-07



### ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 10.03.2014

No dia dez (10) do mês de Março (03) do ano de dois mil e catorze (2014) HORA: às dezenove horas e trinta minutos (19h30min), em segunda convocação com qualquer número dos associados presentes, na sede da entidade nesta cidade de Santa Luzia/MA, reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária os associados da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA D. OSCAR ROMERO** que adiante assinam esta ata. Assumiu a presidência dos trabalhos, **ELMIRO PEREIRA** Presidente da Diretoria Executiva secretariado pela Primeira Secretária **ANTONIA PEREIRA SOUSA**. – Aberta a sessão, após verificação do quórum, o Presidente apresentou a **ORDEM DO DIA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA** conforme consta do Edital de Convocação datado de 27.02.2014 afixado na sede da associação e por outras formas comunicadas com a seguinte ordem do dia: **1. REFORMA DE ESTATUTO, 2. ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA E CONSELHO FISCAL CONFORME REFORMA ESTATUTÁRIA, 3. OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE DA ASSOCIAÇÃO**, passando a Assembleia às **DELIBERAÇÕES: 1.** Inicialmente o Presidente explicou que a associação em processo de renovação de outorga da radio comunitária junto ao Ministério das Comunicações, foi pelo órgão instada a alterar alguns artigos do Estatuto Social, por esse motivo depois de consultada à assessoria jurídica, esta orientou pela Reforma integral do Estatuto para adequar ao novo Código Civil, dinamizar a gestão e atividades da associação, bem como adequar atividades realizadas. Distribuído aos associados proposta, foi lido artigo por artigo e achado conforme aprovado por unanimidade composto de 34 – trinta e quatro artigos; **2.** Em seguida o Presidente apresentou renúncia coletiva do mandato até 2015 (04.05.2015) em nome da Diretoria e Conselho Fiscal para que a assembleia possa realizar nova eleição nos moldes da reforma estatutária aprovada. A renúncia foi aceita e deu-se início a nova eleição de Diretoria e Conselho Fiscal, para mandato de **três (03) anos iniciando-se nesta data e termino em igual data de 2016**, foram eleitos e empossados:

DIRETORIA	
<b>PRESIDENTE</b>	<b>ELMIRO PEREIRA</b> Brasileiro, casado, agente de saúde pública, RG nº. 840.175 SSP/MA, CPF nº. 235.329.393-40, residente Avenida Francisco de Brito, 148, Bairro Batatal – SANTA LUZIA/MA
<b>VICE PRESIDENTE</b>	<b>FRANCISCO JOSÉ SILVA LIMA</b> Brasileiro, solteiro, autônomo, RG nº 037855422009-3 SSP/MA, CPF nº 055.665.763-20, residente Avenida Newton Bello, 704, centro – SANTA LUZIA/MA
<b>SECRETARIA</b>	<b>ANTONIA PEREIRA SOUSA</b> Brasileira, solteira, professora, RG nº 03614675200-4 SSP/MA, CPF nº 557.291.773-72, residente Rua da Estrela, 420, centro – SANTA LUZIA/MA

Autenticado  
Sua Luzia-MA 26/03/2014  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 10/03/2014 em Teste da Veracidade  
Valdete Silva Rocha  
CPF: 637.272.893-49  
1º Oficial Extrajudicial  
Tribunal de Justiça do Maranhão



# ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA

## D. OSCAR ROMERO

CNPJ nº 02.259.888/0001-07

<b>TESOUREIRA</b>	<b>IRANILDA DA SULIDADE</b> Brasileira, solteira, professora, RG nº 635.723 SSP/MA, CPF nº 300.228.983-49, residente Avenida Newton Bello, 687, centro - SANTA LUZIA/MA
<b>CONSELHO FISCAL</b>	
<b>Conselheira TITULAR</b>	<b>PRESIDENTE - LUZINETE MENESES MILITÃO</b> Brasileira, casado, professora, RG nº 1.012.314 SSP/MA, CPF nº 335.368.483-20, residente Rua 26 de Março, 876, centro - SANTA LUZIA/MA
<b>Conselheira TITULAR</b>	<b>ISIDIA DE JESUS VAZ RODRIGUES</b> Brasileira, casada, agricultora, RG nº 038669972010-9 SSP/MA, CPF nº 206.061.093-15, residente Rua 26 de Março, 983, centro - SANTA LUZIA/MA
<b>Conselheiro TITULAR</b>	<b>GILSON FERNANDES MOREIRA DA ROCHA</b> Brasileiro, casado, Professor, RG nº 72.535.697-9 SSP/MA, CPF nº 820.990.903-78, residente Rua Tancredo Neves, 08, centro - SANTA LUZIA/MA
<b>Conselheiro SUPLENTE</b>	<b>JOSE AUGUSTO BARROS SOEIRO</b> Brasileiro, casado, Professor, RG nº 1700.847 SSP/MA, CPF nº 157.990.853-53, residente Rua Padre Afonso de Caro, 87, centro - SANTA LUZIA/MA

Na sequência cumprindo último item da pauta em outros assuntos o Presidente discorreu sobre o Conselho Comunitário que embora criado em 2011 não esteja revestido das formalidades necessárias conforme determina a Lei de RadCom, de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente e comprovadamente instituídas e mandato de seus representante em dia com o prazo estatutário. Mediante a situação revoga o Conselho Comunitário anteriormente criado para composição correta do referido conselho e manifestação sobre a grade de programação. - O Presidente ainda com a palavra revogou quaisquer disposições contrárias e anteriores referente estatuto, administração e conselhos e como presidente reeleito discorreu colocando-se a serviço da Associação, demonstrando que sua meta sempre é somar, dialogar e agregar em torno da causa comum. - Nada mais havendo a tratar o Presidente suspendeu a assembleia para lavratura da presente ata digitada e impressa em duas (02) vias de igual teor e forma que depois de lida foi aprovada e segue assinada por mim

**ANTONIA**

**PEREIRA**

**SOUSA**

Antonia Pereira Sousa  
Presidente e associados presentes.

Primeira Secretária, pelo

**RECONHECIMENTO DE FIRMA**

<b>RECONHEÇO A FIRMA POR</b>	
<b>IDENTIDADE</b>	
<u>Antonia Pereira Sousa e Elmiro</u>	
<u>No Pereira</u>	
<b>PERÍODO DE VALIDADE E DOUÇE</b>	
<u>03032014</u>	
<b>OFICIAL</b>	

**ELMIRO PEREIRA**  
- Presidente -

Praça da Matriz, s/nº Centro - CEP: 65.390-000 - SANTA LUZIA/MA  
Fones: (98) 3654 - 6475 - 8171-1747 ou 8313-4959

**Maria Trani de Sousa**  
ESCRITA SUBSTITUTA

1º Ofício Extrajudicial de Santa Luzia - MA 26.08.15  
 AUTENTICAÇÃO  
 CONFERE COM O ORIGINAL  
 S. Luzia - MA 26.08.15  
 1º Ofício Extrajudicial de Santa Luzia - MA 26.08.15  
 Confere com o Original  
 S. Luzia - MA 26.08.15  
 1º Ofício Extrajudicial de Santa Luzia - MA 26.08.15  
 Confere com o Original  
 S. Luzia - MA 26.08.15



# ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA

## D. OSCAR ROMERO

CNPJ nº 02.259.888/0001-07



### ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 10.03.2014

No decimo quinto (15) do mês de Abril (04) do ano de dois mil e quinze (2015), HORA: às dezenove horas e trinta minutos (19h30min), em segunda convocação com qualquer número dos associados presentes, na sede da entidade nesta cidade de Santa Luzia/MA, reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária os associados da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA D. OSCAR ROMERO que adiante assinam esta ata. Assumiu a presidência dos trabalhos, **ELMIRO PEREIRA** Presidente da Diretoria Executiva secretariado pela Primeira Secretária **ANTONIA PEREIRA SOUSA**. – Aberta a sessão, após verificação do quórum, o Presidente apresentou a **ORDEM DO DIA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA** conforme consta do Edital de Convocação datado de 06.04.2015 afixado na sede da associação e por outras formas comunicadas com a seguinte ordem do dia: 1) **Renúncia nos cargos de Presidente e Tesoureiro**; 2) **Eleição e Posse para os cargos de Presidente e Tesoureiro**; 3) **OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE DA ASSOCIAÇÃO**, passando a Assembleia às **DELIBERAÇÕES**: 1. O Presidente em seu nome e da Tesoureira aqui presente apresenta formalmente a Assembleia suas renúncias, alegando motivos de ordem pessoal havendo indisponibilidade de dedicação exclusiva como no momento está demandando a entidade, a renúncia foi aceita e deu-se início a nova eleição **mandato até 10.03.2016**, foram eleitos e empossados:

DIRETORIA	
<b>PRESIDENTE</b>	<b>CLAUDINEI FRANCISCO DE OLIVEIRA</b> Brasileiro, solteiro, professor, RG nº 050893682013-4 SSP/MA, CPF nº 035.726.679-09, Rua 09 de setembro 410 - Centro - Santa Luzia/MA
<b>TESOUREIRA</b>	<b>CARMEM FRANCISCA ALVES MIRANDA</b> Brasileira, solteira, secretária, RG nº 23378982002-0 SSP/MA, CPF nº 867.010.702-30, Rua Mendes Junior 206 - Alto do Guarim - Santa Luzia/MA

Praça da Matriz, s/nº Centro - CEP: 65.390-000 - SANTA LUZIA/MA

Fones: (98) 3654 - 5475 - 8171-1747 ou 8313-4959

[domromero@ma.com](mailto:domromero@ma.com)



1º Ofício Extrajudicial  
Sta. Luzia-MA  
**AUTENTICAÇÃO**  
CONFERIR COM O ORIGINAL  
CPF: 637.278.893-49  
1º Ofício Extrajudicial  
Tabela Substituta



# ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA D. OSCAR ROMERO

CNPJ nº 02.259.888/0001-07

SOUSA

Presidente e associados presentes.

Secretária, pelo

**ELMIRO PEREIRA**  
- Presidente -

**FRANCISCO JOSÉ SILVA LIMA**

**LUZINETE MENESES MILTÃO**

**ISIDIA DE JESUS VAZ RODRIGUES**

**JOSE AUGUSTO BARROS SOEIRO**

**CLAUDINEI FRANCISCO DE OLIVEIRA**

**CARMEM FRANCISCA ALVES MIRANDA**

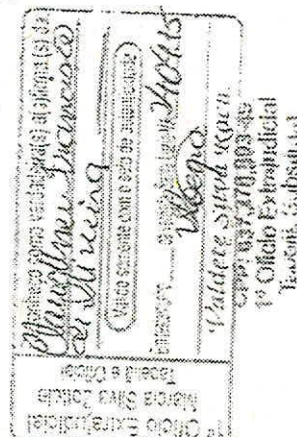
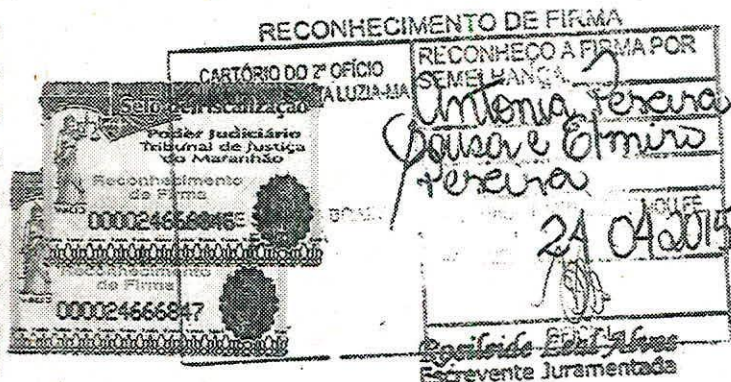


2º Ofício Extrajudicial de Santa Luzia  
MA 26.08.15  
AUTENTICAÇÃO  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Valdete Silva Rocha  
CPF: 637.278.393-49  
1º Ofício Extrajudicial  
Tabela Substituta



APRESENTANDO HOJE PARA REGISTRO APOSTADO  
Registro sob nº 12.07114 do Livro 05A  
Fls. 40V de Pessoas Jurídicas.  
Registro hoje, 27 de abril de 2015.  
Santa Luzia-MA  
Em Teste

OFICIAL  
Rafaela Coral Alves  
Escriturante Juramentada



Praça da Matriz, s/nº Centro - CEP: 65.390-000 - SANTA LUZIA/MA  
Fones: (98) 3654 - 6475 - 8171-1747 ou 8313-4959

domromerocfm@gmail.com



## **DECLARAÇÃO**

Destinada Fazer Prova Residência

**CLAUDINEI FRANCISCO DE OLIVEIRA**, Presidente da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA D. OSCAR ROMERO, entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na cidade de SANTA LUZIA/MA, **DECLARA** para fins de comprovação de residência, sob as penas da Lei (art. 2º da Lei nº 7.115/83), que é residente e domiciliado na ***Rua 09 de setembro 410, Centro, nesta cidade.***

Por ser a expressão da verdade, assumindo inteira responsabilidade pelas declarações acima sob as penas da lei, assinamos para que produza seus efeitos legais.

Santa Luzia/MA, Julho de 2015.

*Claudinei F. de Oliveira*  
**CLAUDINEI FRANCISCO DE OLIVEIRA**  
Presidente



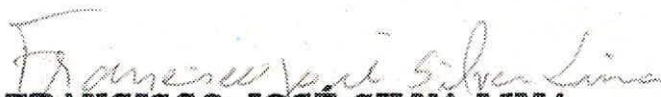
## **DECLARAÇÃO**

Destinada Fazer Prova Residência

**FRANCISCO JOSÉ SILVA LIMA**, Vice Presidente da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA D. OSCAR ROMERO, entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na cidade de SANTA LUZIA/MA, **DECLARA** para fins de comprovação de residência, sob as penas da Lei (art. 2º da Lei nº 7.115/83), que é residente e domiciliado na **Avenida Newton Bello, 704, centro, nesta cidade.**

Por ser a expressão da verdade, assumindo inteira responsabilidade pelas declarações acima sob as penas da lei, assinamos para que produza seus efeitos legais.

Santa Luzia/MA, Julho de 2015.

  
**FRANCISCO JOSÉ SILVA LIMA**  
**VICE-PRESIDENTE**

**DECLARAÇÃO**

Destinada Fazer Prova Residência

**ANTONIA PEREIRA SOUSA**, Secretária da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA D. OSCAR ROMERO, entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na cidade de SANTA LUZIA/MA, **DECLARA** para fins de comprovação de residência, sob as penas da Lei (art. 2º da Lei nº 7.115/83), que é residente e domiciliada na **Rua da Estrela, 420, centro, nesta cidade.**

Por ser a expressão da verdade, assumindo inteira responsabilidade pelas declarações acima sob as penas da lei, assinamos para que produza seus efeitos legais.

Santa Luzia/MA, Julho de 2015.

*Antônia Pereira Sousa*  
**ANTONIA PEREIRA SOUSA**  
**SECRETARIA**



## **DECLARAÇÃO**

Destinada Fazer Prova Residência

**CARMEM FRANCISCA ALVES MIRANDA**, Tesoureira da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA D. OSCAR ROMERO, entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na cidade de SANTA LUZIA/MA, **DECLARA** para fins de comprovação de residência, sob as penas da Lei (art. 2º da Lei nº 7.115/83), que é residente e domiciliada na **Rua Mendes Junior 206, Alto do Guarim, nesta cidade.**

Por ser a expressão da verdade, assumindo inteira responsabilidade pelas declarações acima sob as penas da lei, assinamos para que produza seus efeitos legais.

Santa Luzia/MA, Julho de 2015.

*Carmem Francisca Alves Miranda*  
**CARMEM FRANCISCA ALVES MIRANDA**  
**TESOUREIRA**



**Ministério das Comunicações**

Delegacia Regional em Minas Gerais

Av. Afonso Pena nº 1.270 - Correio Central - Térreo - Centro

CEP: 30.130-900 - Belo Horizonte - MG





**Claudinei Francisco de Oliveira**

Associação Comunitária Dom Oscar Romero

Praça da Matriz S/Nº - Centro

CEP: 65.3900-000 - Santa Luzia - MA



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Delegacia Regional em Minas Gerais  
Av. Afonso Pena, 1.270, Correio Central - Térreo — Centro  
CEP 30130-900 — Belo Horizonte – MG  
Telefone: (31) 3222-9051

Memorando nº 2843/2015/SEI-MC

Belo Horizonte, 18 de setembro de 2015

À Coordenadora-Geral de Acompanhamento de Outorga

**Assunto: Informação sobre entidades comunitárias de pleiteiam a Renovação da Outorga.**

1. Solicitamos informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em face da entidade **Associação Comunitária Dom Oscar Romero**, autorizada para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Santa Luzia / MA**, devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Ricardo dos Santos, Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado de Minas Gerais**, em 18/09/2015, às 12:18, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0693445** e o código CRC **9C6BF326**.



## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas

Coordenação de Análise de Denúncias

### DESPACHO

À Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em Minas Gerais - DRMC/MG

Processo nº: **53000.041817/2011-65**

Interessado(a): **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOM OSCAR ROMERO**

Após verificação do banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e de consulta feita ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, constatou-se que não existe qualquer registro de PAI instaurado em desfavor da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOM OSCAR ROMERO, entidade executante do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Santa Luzia, Estado do Maranhão.



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira, Coordenador-geral de Acompanhamento de Outorgas**, em 17/12/2015, às 16:24, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0885505** e o código CRC **D1CCFE42**.

### Minutas e Anexos

Não Possui.



**Ministério das Comunicações**  
Secretaria de Serviço de Radiodifusão  
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão  
**ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM**

**Identificação do Processo**

Número: 53000.041817/2011

Localidade / UF: SANTA LUZIA/MA

Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA DOM OSCAR ROMERO

Aviso: 0

Publicação: 01/01/2000

Prazo: 0

Canal: 0

**Processo**

1. A Entidade é uma:

Associação

2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
Francisco José Silva Lima	055.665.763-20	Vice-Presidente	10/03/2014 10/03/2016	
Antônia Pereira Sousa	557.291.773-72	Secretário	10/03/2014 10/03/2016	
Elmiro Pereira	235.329.393-04	Presidente	10/03/2014 04/05/2016	
Iranilda da Sulidade	300.228.943-49	Tesoureiro	10/03/2014 10/03/2016	

**3. Conclusão Geral (Parecer Legal)**

**MAPA DA DOCUMENTAÇÃO:**

- a) Declaração de que a emissora apresenta os mesmos parâmetros técnicos em conformidade com a última autorização do MiniCom - fls. 14 (0197253)
- b) Certidão ANATEL - 07 (0641805)
- c) CNPJ válido e atual - fls. 17 (0197253)
- d) Estatuto Social, devidamente registrado - fls.02 a 11 (0297223)
- e) Ata de eleição da Diretoria em exercício, devidamente registrada: 03 a 06 (0693196)
- g) Prova de maioria e nacionalidade dos dirigentes - fls. 11, 12, 16, 17, 21, 22, 26 e 27 (0641805)
- h) Relatório do Conselho comunitário - fls. 128 a 132 (0197253)

FERNANDA LELLIS FERNANDES



**NOTA TÉCNICA Nº 28035/2015/SEI-MC**

Processo nº: **53000.041817/2011-65**

Assunto: **Renovação de outorga.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

---

1. Trata-se da **Associação Comunitária Dom Oscar Romero**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Santa Luzia / MA**, por meio da Portaria nº **88**, publicada no DOU de 03/08/1999, e Decreto Legislativo nº **293**, publicado no DOU de 30/08/2001.

**ANÁLISE**

---

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária se expirou em 30/08/2011. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, apresentou seu pedido de renovação de outorga em 10/08/2011, às fls. nº 11 do documento SEI (0197253), subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, Parágrafo Único da Lei nº 9.612/1998 e do subitem 20.2 da Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462/2011. O pleito da entidade é tempestivo, tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estendeu a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013.

REQUERENTE
Associação Comunitária Dom Oscar Romero

QUADRO DIRETIVO
Claudinei Francisco de Oliveira - Presidente



Francisco José Silva Lima - Vice-Presidente

Antônia Pereira Sousa - Secretária

Carmem Francisca Alves Miranda - Tesoureira

3. A análise da documentação apresentada, com base no que dispõem a Lei nº 9.612/1998 e a Norma nº 01/2011, indicou a completa instrução do pedido, conforme *check-list* abaixo:

ITEM		ANÁLISE
1.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Norma nº 01/2011.	Ok, páginas 02 a 11 do documento SEI (0297223)
2.	Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.	Ok, páginas 03 a 06 do documento SEI (0693196)
3.	Comprovantes relativos à maioria e nacionalidade e CPF dos dirigentes.	Ok, páginas 11, 12, 16, 17, 21, 22, 26 e 27 do documento SEI (0641805)
	Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das	Ok, página 17 do documento SEI



4.	Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	(0197253)
5.	Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel.	Ok, página 07 do documento SEI (0641805)
6.	Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ, válido e atual.	Ok, página 17 do documento SEI (0197253)
7.	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011, versando sobre a programação veiculada pela emissora.	Ok, páginas 128 a 132 do documento SEI (0197253)

4. Não existe apontamento quanto a processos de apuração de infração atribuídos para a entidade, conforme informação da Coordenação de Análise de Denúncias, documento SEI (0885505).

## CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária posiciona-se pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugerimos, ainda, que o processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com dispensa de análise individualizada pela Consultoria Jurídica nos termos do Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC.



À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Lellis Fernandes Loureiro Gontijo, Analista Tec Administrativo**, em 21/12/2015, às 11:57, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Ricardo dos Santos, Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado de Minas Gerais**, em 21/12/2015, às 14:07, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 15/01/2016, às 10:34, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Nedio Antônio Valduga, Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 15/01/2016, às 16:13, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

Nº de Série do Certificado: 1260001



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Pinto Martins, Secretário Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 26/01/2016, às 10:35, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0889728** e o código CRC **BCDF2F19**.

## Minutas e Anexos

MINUTA

EM Nº XX/20xx/SEI-MC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.041817/2011-65**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de **30/08/2011**, a autorização outorgada à **Associação Comunitária Dom Oscar Romero**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Santa Luzia / MA.



2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº XXXX/20XX/SEI-MC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.041817/2011-65 e nº 53680.000604/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 30/08/2011, a autorização outorgada à Associação Comunitária Dom Oscar Romero, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Santa Luzia / MA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.





**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

**PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC**

**PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53**

**INTERESSADO:** Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

**ASSUNTO:** Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

## **I – RELATÓRIO**

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

## **II – FUNDAMENTAÇÃO**

### **II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.**

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:



I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.
6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.
7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.
8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.
9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.
10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

## **II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.**

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.
12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.
13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30



de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os documentos em questão aos autos.



19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.
20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.
21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.
22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).
23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).
25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.
26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.
27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.
28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:



20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.
30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

### III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.
32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.
33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

### ANEXO

#### PARECER REFENCIAL Nº 475/2015

#### RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	DOCUMENTOS	SIM	NÃO	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.			
1.1.	O requerimento é tempestivo?			



2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.			
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.			
9	Relatório de apuração de infrações.			
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?			
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.			

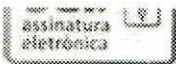


---

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.





**Jurídico**, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.

---



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Borges de Carvalho, Assessor do Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 18:18, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 4809944487027627816

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562589** e o código CRC **133A832C**.

---

Criado por lucas.carvalho, versão 3 por lucas.carvalho em 19/06/2015 08:15:56.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

DESPACHO nº 1655 / 2015

PROCESSO: 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

1. Aprovo o Parecer Nº 475/2015 como manifestação jurídica referencial, a ser adotada pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica na análise de processos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária, ficando dispensada a análise jurídica individualizada, conforme autoriza a ON AGU nº 55/2014.
2. Os processos de renovação em trâmite nesta CONJUR devem ser analisados com base nos parâmetros definidos neste Parecer.
3. Encaminhe-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Alan Emanuel Cavalcante Trajano, Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562688** e o código CRC **B52A7303**.

Criado por lucas.carvalho, versão 2 por lucas.carvalho em 19/06/2015 08:17:37.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica**

**DESPACHO**

**Processo nº: 53900.030496/2015-53**

De ordem, encaminhe-se ao Departamento de Acompanhamento e Avaliação.



Documento assinado eletronicamente por **Barbara Christiane Miranda de Araujo**,  
**Assistente Técnico**, em 22/06/2015, às 11:54, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC  
89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html>  
informando o código verificador **0565335** e o código CRC **91235FFD**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

Criado por denielle.silva, versão 2 por denielle.silva em 22/06/2015 11:28:21.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação

**DESPACHO**

Processo nº: **53900.030496/2015-53**

Referência: **PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC - CUNJUR.**

Interessado: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária..

De ordem do Sr. Diretor, encaminho o processo em referência à Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC - para as providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Evandro Sergio Martins Leite, Técnico CDT Nível V - Atividades de Complexidade Gerencial**, em 22/06/2015, às 12:15, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0565526** e o código CRC **74792606**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

Criado por evandro.leite, versão 2 por evandro.leite em 22/06/2015 12:15:13.



EM BRANCO

**DESPACHO**

Processo n.: 53000.041817/2011-65

Considerando o disposto no **Parecer Referencial 475/2015/SEI-MC**, de 19 de junho de 2015, notadamente quanto ao seu item 32 (cópia constante dos autos, 0889770), atesto que os documentos instrutórios do presente pedido de renovação se enquadram na situação de dispensa de análise individualizada pela CONJUR, conforme lista abaixo, de acordo com o previsto no Anexo do referido Parecer:

	DOCUMENTOS	SIM	NÃO	PÁGINA E EVENTO SEI
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.	x		página 11 do documento SEI (0197253)
1.1	O requerimento é tempestivo?	x		
2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	x		página 17 do documento SEI (0197253)
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.	x		página 07 do documento SEI (0641805)
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.	x		página 17 do documento SEI (0197253)
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.	x		páginas 02 a 11 do documento SEI (0297223)
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas	x		páginas 03 a 06 do documento SEI (0693196)
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.	x		páginas 11, 12, 16, 17, 21, 22, 26 e 27 do documento SEI (0641805)
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.	x		páginas 128 a 132 do documento SEI (0197253)
9	Relatório de apuração de infrações	x		documento SEI (0885505)



9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?		x	
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.		x	



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 15/01/2016, às 10:34, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0889774** e o código CRC **44F65E9E**.

#### Minutas e Anexos

Não Possui.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

**DESPACHO**

Processo nº: **53000.041817/2011-65**

Interessado: **Associação Comunitária Dom Oscar Romero**

Assunto: **Minutas de Portaria de Autorização e Exposição de Motivos**

À Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica,

Diante da instrução do processo nº 53000.041817/2011-65 (ver documento 0889774), no qual a **Associação Comunitária Dom Oscar Romero** solicita renovação de outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Santa Luzia / MA**, encaminho as minutas da Portaria de Autorização e da Exposição de Motivos, para as providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 04/02/2016, às 10:22, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0951467** e o código CRC **1096B4F9**.

**Minutas e Anexos**

MINUTA

**EM Nº XX/20xx/SEI-MC**

**de XX de xxxxxxxx de 20XX**

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.041817/2011-65**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de **30 de agosto de 2011**, a autorização outorgada à **Associação Comunitária Dom Oscar Romero**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Santa Luzia / MA.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição



da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº XXXX/20XX/SEI-MC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.041817/2011-65 e nº 53680.000604/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 30 de agosto de 2011, a autorização outorgada à Associação Comunitária Dom Oscar Romero, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Santa Luzia / MA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**PORTARIA Nº 538/2016/SEI-MC**

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.041817/2011-65 e nº 53680.000604/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 30 de agosto de 2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOM OSCAR ROMERO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Santa Luzia / MA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANDRÉ FIGUEIREDO**

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 09/05/2016, às 09:34, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0954648** e o código CRC **9FE869A2**.



Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.041817/2011-65**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de **30 de agosto de 2011**, a autorização outorgada à **Associação Comunitária Dom Oscar Romero**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Santa Luzia / MA.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**ANDRÉ FIGUEIREDO**  
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 09/05/2016, às 09:34, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0954677** e o código CRC **EA926FE4**.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar  
CEP: 70044-900 / Brasília-DF  
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 16752/2016/SEI-MC

Ao(À) Senhor(a)

**REPRESENTANTE LEGAL**

Associação Comunitária Dom Oscar Romero  
Praça da Matriz, s/nº, Centro  
65.390-000 / Santa Luzia – MA  
CNPJ nº 02.259.888/0001-07

Assunto: **Pagamento de taxa de publicação.**

Referência: **Processo nº 53000.041817/2011-65.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Informa-se o DEFERIMENTO do pedido de renovação de outorga apresentado por essa entidade, contido no processo em referência, nos termos da Portaria nº 538, de 09 de maio de 2016.
2. Diante do exposto, encaminho em anexo, o Documento de Arrecadação Fiscal (DARF) para recolhimento do valor relativo à taxa de publicação da Portaria de Renovação no Diário Oficial da União, em atendimento ao art. 37 do Decreto nº 2.615/1998.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis**,  
**Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 12/05/2016, às  
16:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site  
<http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1130317** e o código  
CRC **7C4F8883**.



PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SCE/CGRC

Of. nº 16752/2016/SEI-MC, 12/05/ de 2016.

53000.041817/2011-65

Assoc. Comunitária Dom Oscar Romero

Praça da Matriz s/ n, ° Centro

65.390-000

Santa Luzia - MA

PAIS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

2 Aurlon Vestenberg Silva

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRATION

30/5/16

CARIMBO DE ENTREGA  
UNIDADE DE DESTINO  
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

204788984369

RUBRICA E MAT DO EMPREGADOR  
SIGNATURE DE L'AGENCE

NOEL SOUSA Alves  
particula: 8.378.746-1  
746-1

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

AC. SANTA LUZIA  
30 MAI 2016  
MA  
114 x 186 mm





**CORREIOS**  
**BRÉSIL**

**AVISO DE RECEBIMENTO**

**AR**

**AVIS CN07**

JO 39170594 1 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

9/06/1998

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA NACIONAL

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON			
/	/	/	/
:	:	:	:
h	h	h	h

PREENCHER PARA DE FORMA

NOME E ENDEREÇO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

**ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO**

**RETOUR**

Serviço Público Federal

Ministério das Comunicações

ENDEREÇO: Agência Reguladora de Serviços de Comunicação Eletrônica

311, Torre de Orla de Serviços de Comunicação Eletrônica

Setor de Serviços de Comunicação Eletrônica, Bloco R, Anexo B Sala 300-0

Brasília - DF

CIDADE / LOCALITE	UF	BRASIL
-------------------	----	--------





<b>BANCO DO BRASIL</b>		<b>001-9</b>	<b>00198.41808 50000.000005 03931.061216 5 68110000018222</b>		
Cedente <b>PR - Imprensa Nacional</b>		Código do Cedente <b>1607-1 / 55573000-X</b>	Espécie <b>RS</b>	Quantidade <b>0001</b>	Nosso número <b>00000000003931061</b>
Número do documento <b>4</b>	CPF/CNPJ <b>04.196.645/0001-00</b>	Vencimento <b>31/05/2016</b>	Valor documento <b>182,22</b>		
(-) Desconto / Abatimento	(-) Outras deduções	(+) Mora / Multa	(+) Outros acréscimos	(=) Valor cobrado	

Sacado

192285 - Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, CNPJ: 00.394.437/0004-08

null, CEP: null

ISRAEL ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA - Chefe de Serviço

Instruções

Autenticação mecânica

A publicação da(s) matéria(s) está condicionada à compensação bancária deste documento, com previsão de publicação de, no mínimo, dois dias úteis após o pagamento.

Após vencimento, este boleto perde a validade.

Referente a publicação do ofício 3931061 enviado em 11/05/2016

Corte na linha pontilhada

<b>BANCO DO BRASIL</b>		<b>001-9</b>	<b>00198.41808 50000.000005 03931.061216 5 68110000018222</b>		
Local de pagamento <b>Pagável em qualquer Banco até o vencimento</b>					Vencimento <b>31/05/2016</b>
Cedente <b>PR - Imprensa Nacional</b>					Agência/Código cedente <b>1607-1 / 55573000-X</b>
Data do documento <b>11/05/2016</b>	Nº documento <b>4</b>	Espécie doc. <b>ND</b>	Aceite <b>N</b>	Data process. <b>11/05/2016</b>	Nosso número <b>00000000003931061</b>
Uso do banco / Convênio <b>33804/841805</b>	Carteira <b>18 / 124</b>	Espécie <b>RS</b>	Quantidade <b>0001</b>	Valor Documento <b>182,22</b>	(=) Valor documento <b>182,22</b>
Instruções Após vencimento, este boleto perde a validade.  Referente a publicação do ofício 3931061 enviado em 11/05/2016					(-) Desconto / Abatimento
					(-) Outras deduções
					(+) Mora / Multa
					(+) Outros acréscimos
					(=) Valor cobrado
Sacado 192285 - Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, CNPJ: 00.394.437/0004-08 null, CEP: null ISRAEL ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA - Chefe de Serviço					Cód. baixa

Sacador/Avalista

Autenticação mecânica - Ficha de Compensação



Corte na linha pontilhada





## Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

### GABINETE DO MINISTRO

#### PORTARIA Nº 409, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.042278/2013-43 e nº 53790.001109/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 18/08/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOM ZIGMUND FELINSKI PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CULTURAL E ARTÍSTICO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Guarani das Missões/RS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

#### PORTARIA Nº 531, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.043110/2011-93 e nº 53710.001485/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de setembro de 2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Carmo do Cajuru/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

#### PORTARIA Nº 535, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.048416/2012-17 e nº 53103.000776/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 06 de setembro de 2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DAMATA FM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de São Lourenço da Mata/PE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

#### PORTARIA Nº 538, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.041817/2011-65 e nº 53680.000604/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 30 de agosto de 2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOM OSCAR ROMERO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Santa Luzia/MA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

#### PORTARIA Nº 544, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.058151/2011-84 e nº 53830.001629/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 15 de maio de 2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO BATATENSE CULTURAL - ABC, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Batatais/SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

#### PORTARIA Nº 545, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.014269/2012-81 e nº 53830.000921/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 21 de junho de 2012, a autorização outorgada à SOCIEDADE DOS ECOLOGISTAS DE TAMBÁU, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Tambáú/SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

#### PORTARIA Nº 548, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.052854/2012-80 e nº 53820.000594/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 22 de novembro de 2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA PORTAL DA SERRA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Bom Retiro/SC.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

#### PORTARIA Nº 683, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.061976/2013-48 e nº 53740.0010171/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 17/11/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DA RÁDIO COMUNITÁRIA DE SERTANÓPOLIS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Sertanópolis/PR.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

#### PORTARIA Nº 686, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.024838/2013-88 e nº 53690.001420/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 05/06/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DOS FILHOS E AMIGOS DE ROSÁRIO OESTE - AFARO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de ROSÁRIO OESTE/MT.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

#### PORTARIA Nº 689, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.048009/2013-91 e nº 53730.000068/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 21/08/2013, a autorização outorgada à FUNDAÇÃO SANTA RITA DE CÁSSIA DOS IMPOSSÍVEIS - FSRCDI, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Teixeira/PI.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

#### PORTARIA Nº 691, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.055803/2012-18 e nº 53820.000610/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 20/12/2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL EDUCACIONAL E RÁDIO COMUNITÁRIA DE PIRABEIRABA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Joinville/SC.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

#### PORTARIA Nº 729, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.050951/2012-38 e nº 53103.000821/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 24/12/2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE OURICURI-ABO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Ouricuri/PE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

#### PORTARIA Nº 733, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.007888/2014-81 e nº 53830.001915/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 07/08/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL E BENEFICENTE - CENTENÁRIO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Tabatinga/SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processo nº: **53000.041817/2011-65**

Entidade: **Associação Comunitária Dom Oscar Romero**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos**

À Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica,

Tendo em vista a mudança de pasta ministerial, objeto da MEDIDA PROVISÓRIA Nº 726, de 12 de maio de 2016, publicada na Edição Extra da Seção 1 do Diário Oficial da União de mesma data, encaminho a minuta da Exposição de Motivos atualizada, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 20/06/2016, às 14:18, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1195246** e o código CRC **F9493F80**.

**Minutas e Anexos**

Excelentíssimo Senhor Presidente Interino da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.041817/2011-65**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de **30 de agosto de 2011**, a autorização outorgada à **Associação Comunitária Dom Oscar Romero**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Santa Luzia / MA.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA**

**DESPACHO**

**Processo nº: 53000.041817/2011-65**

Considerando que os órgãos técnico e jurídico desta Pasta já se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, conforme os termos da Nota Técnica n.º 28035/2016/SEI-MC e do Parecer n.º 475/2015/SEI-MC, respectivamente, e a mudança do Titular desta Pasta, restitua-se o presente processo à Consultoria Jurídica, com a minuta de Exposição de Motivos disposta no campo próprio abaixo, para reexame e providências, com vistas à submissão dos autos ao atual Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

**Vanda Jugurtha Bonna Nogueira**  
Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira**,  
**Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 22/07/2016, às 14:11,  
conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site  
<http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1244373** e o código  
CRC **3BDFE2D4**.

**Minutas e Anexos**

**MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Interino,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.041817/2011-65, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 30 de agosto de 2011, a autorização outorgada à Associação Comunitária Dom Oscar Romero, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Santa Luzia / MA.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,



**GILBERTO KASSAB**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

**DESPACHO**

Processo nº: **53000.041817/2011-65**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOM OSCAR ROMERO**

Assunto: **Encaminhamento de Processo**

Ao Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização,

Considerando que órgãos técnico e jurídico desta Coordenação já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, encaminho o processo acima referido, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 17/03/2017, às 12:25, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1738971** e o código CRC **3B719397**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.041817/2011-65

SEI nº 1738971



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

**DESPACHO**

Processo nº: **53000.041817/2011-65**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOM OSCAR ROMERO**

Assunto: **Encaminhamento de Processo**

À Secretaria de Radiodifusão,

Considerando que órgãos técnico e jurídico já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, encaminho o processo acima referido, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira, Diretor de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização, Substituto**, em 17/03/2017, às 14:23, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1738973** e o código CRC **D005F277**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.041817/2011-65

SEI nº 1738973

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
**DESPACHO**

Processo nº: **53000.041817/2011-65**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOM OSCAR ROMERO**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos**

À Chefia de Gabinete do Ministro,

Considerando que órgãos técnico e jurídico desta Pasta já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, conforme os termos da Nota Técnica nº 28035/2015/SEI-MC (0889728) e do Parecer Conj. nº 475/2015/SEI-MC (0889770), encaminho a Exposição de Motivos anexa, com vista à submissão dos autos ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira**, **Secretária de Radiodifusão**, em 20/03/2017, às 12:13, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1738974** e o código CRC **72110DA7**.

**Minutas e Anexos**

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.041817/2011-65, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 30 de agosto de 2011, a autorização outorgada à **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOM OSCAR ROMERO**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Santa Luzia / MA.,



2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**GILBERTO KASSAB**

---

**Referência:** Processo nº 53000.041817/2011-65

SEI nº 1738974

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.041817/2011-65, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 30 de agosto de 2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOM OSCAR ROMERO, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Santa Luzia / MA.,

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**GILBERTO KASSAB**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 14/05/2017, às 13:07, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1760724** e o código CRC **67E8C4FB**.





MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

UNIDADE(S) DESTINATÁRIA(S):

CGGM\_RÁDIO

DEMANDA:

Encaminhar a Presidência da República

OBSERVAÇÃO:

Tendo em vista a assinatura da Exposição de Motivos, encaminhe-se o processo, em cópia autenticada, a Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para inserção no SIDOF e posterior envio à Presidência da República.

Brasília, 15 de maio de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 16/05/2017, às 17:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1883823** e o código CRC **3C8D5C57**.

Referência: Processo nº 53000.041817/2011-65

SEI nº 1883823

Brasília, 31 de julho de 2017.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.041817/2011-65, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 30 de agosto de 2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOM OSCAR ROMERO, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Santa Luzia / MA.,
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab*



EM BRANCO